política

Alcolumbre pauta para hoje votação da PEC da Segurança

Oposição defende redução da idade para imputabilidade penal

/ CONGRESSO NACIONAL

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Davi Alcolumbre encaminhou tramitação da matéria no Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pautou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública para hoje.

Prioritário para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste fim de ano, o texto amplia as competências da União na área de segurança pública, impõe restrições a integrantes de facções criminosas e permite a criação de polícias municipais. Lula tem afirmado que, após a aprovação da PEC, criará o Ministério da Segurança Pública.

A oposição vem tentando, desde a tramitação na Câmara dos Deputados, embutir na PEC um item prevendo a redução da idade para imputabilidade penal, condição que torna um cidadão passível de punição por um crime - hoje prevista a partir dos 18 anos de idade.

No último dia 15, Alcolumbre retirou a PEC da pauta do Senado. A decisão veio após um impasse na articulação do próprio governo Lula. O Palácio do Planalto vinha negociando uma proposta para tentar anular a iniciativa dos bolsonaristas de reduzir a maioridade penal a até 14 anos, para crimes hediondos - mas os petistas não chegaram a um entendimento sobre a estratégia para reduzir danos.

O receio do governo era que, sem uma alternativa na mesa, a oposição conseguisse aprovar a redução para 14 anos - a medida tem aprovação popular, mas é profundamente mal vista pela base de esquerda e por setores religiosos. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a mais importante entidade católica no País, emitiu uma nota criticando a negociação para aprovar a medida. Alas do PT também são contrárias.

Para não ver a emenda da oposição aprovada, o senador Camilo Santana (PT) protocolou sua própria medida, mas a estratégia não teve consenso dentro do partido.

Em março deste ano, um acordo feito entre o relator da PEC da Segurança Pública na Câmara, Mendonça Filho (União-PE), e o presidente da casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), levou à retirada do trecho que previa uma brecha para reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos.

O trecho que previa a realização de um referendo sobre o assunto não constava no texto original da PEC elaborada pelo governo Lula, e foi incluído pelo relator durante a elaboração do parecer. Mas a pressão das bancadas de esquerda ensaiou travar a aprovação, e Motta convenceu o relator pela retirada do tema.

A proposta aprovada prevê o endurecimento penal contra integrantes e líderes de organizações criminosas, facções, milícias privadas e grupos paramilitares.

Também amplia a competência da Polícia Federal, autoriza a Polícia Rodoviária Federal a atuar em rodovias, ferrovias e hidrovias federais, cria a possibilidade de polícias municipais e constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública.

André Janones diz que não será ministro de Lula na futura gestão

/ TRANSIÇÃO NO PLANALTO

André Janones (Rede-MG) afirmou que não pretende ser ministro no governo Lula. A declaração foi dada em uma reportagem exibida pelo Fantástico, da TV Globo, neste domingo, que abordou a atuação do deputado federal na campanha digital no 2º turno do então candidato do PT.

"Eu não vou aceitar ministério. Está cravado. Não vou ser ministro do governo Lula. Vou continuar na Câmara dos Deputados representando o povo", afirmou o parlamentar.

Na entrevista, que aconteceu dias após a vitória de Lula no domingo, em outubro, Janones também abordou o impacto do canal de WhatsApp "Exército do Lula", criado por ele para mobilizar apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas redes sociais.

O deputado falou também sobre sua declaração no canal "Exército do Lula", no início da madrugada desta segunda-feira. Janones afirmou, por meio de um áudio, que sua atuação política poderia ficar limitada em um eventual ministério, o impedido de "ser um guerrilheiro", como apontou, na frente de defesa do governo.

"Eu preciso continuar entregando para o presidente o que ele espera do nosso exército. Nós vencemos uma batalha. A guerra não foi vencida ainda. Agora, a gente precisa dar governabilidade para o presidente, para ele não vivenciar o que ele vivenciou nos últimos quatro anos, onde ele derrubou a inflação, melhorou as taxas de emprego e não foi reconhecido", defendeu o deputado.

O advogado comentou ainda na entrevista sobre sua relação com figuras da direita, como Cleitinho Azevedo (Republicanos), governador eleito em Minas Gerais.

"É um cara que está se propondo a fazer o que o país precisa muito, que é pacificar, que é superar essa questão ideológica, essa polarização que tem feito tão mal para o povo brasileiro", disse Janones sobre Cleitinho.

O deputado falou ainda sobre a possibilidade de deixar seu atual partido, o Rede Sustentabilidade. "Eu vou ficar na Rede Sustentabilidade. Por dois motivos. Primeiro, porque eu prezo muito pela minha independência. Segundo, porque eu sou um cara muito leal. Eu não solto as mãos daqueles que me estenderam as mãos", comentou.

No discurso da vitória na avenida Paulista, em São Paulo, Lula agradeceu a atuação do deputado e o chamou de general.

PL traça estratégia para disputa do comando do Senado

Líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN) afirmou que defenderá que os senadores de direita divulguem seus votos publicamente na eleição para a presidência da Casa em 1º de fevereiro de 2027, numa estratégia para evitar que integrantes do grupo votem secretamente pela reeleição do presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). "Vou defender. É difícil justificar em público o voto no Alcolumbre, né?", disse à reportagem.

A intenção de Marinho é garantir que os votos dos senadores eleitos pela direita sejam de fato direcionados para a candidatura de oposição. Além dele, Tereza Cristina, do PP, quer concorrer. O voto é secreto e Alcolumbre aposta neste sigilo para obter o apoio de parte da direita.

Os senadores do PL vão se reunir amanhã para definir a estratégia contra Alcolumbre e devem lançar a candidatura de Marinho à Presidência. Parte da sigla argumenta que é melhor abrir negociações com o atual presidente após a derrota de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), para evitar que a legenda fique sem espaços no Senado. Outro grupo prefere desafiá-lo, com a tese de que há votos suficientes para vencer.

A direita cresceu no Senado e será maioria na Casa. A oposição somará 29 senadores do PL e mais três do partido Novo. Além disso, Republicanos, PP, Podemos e PSDB terão mais 15 parlamentares, a maioria eleita com apoio do bolsonarismo. Para eleger o presidente do Senado, é preciso o voto de 41 dos 81 senadores.

Alcolumbre e Marinho dizem ter 48 votos cada, o que significa que as duas contagens incluem alguns dos mesmos senadores. O presidente do Senado tem uma extensa lista de favores e relação de amizade com os atuais parlamentares, e aposta nisso para obter o apoio de parte da direita.

O voto aberto, na visão de bolsonaristas, pode ajudar a evitar traições e garantir a vitória. Os eleitos pela direita disputaram a eleição com discurso baseado em críticas ao Supremo Tribunal Federal), e Alcolumbre é contrário ao impeachment de ministros, o que o tornou alvo de ataques.

